

"Senado vai cumprir decisão sobre nepotismo"

Presidente do Senado vai aguardar que parlamentares forneçam os nomes de parentes para cumprimento da súmula sobre nepotismo. **2**



Arévalo

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.868 – Brasília, quarta-feira, 27 de agosto de 2008

Plenário aprova incentivos fiscais para setor industrial



Geada/Agência

Senado também aprovou indicações feitas ao Superior Tribunal de Justiça, Conselho Nacional de Justiça e Anatel

Objetivo da MP, que faz parte do PAC da Indústria, é estimular a produtividade e as vendas do país ao exterior

O Senado deu ontem voto favorável ao projeto de conversão de medida provisória que concede incentivos fiscais a vários setores. A oposição votou a favor, mas criticou o uso de medida provisória para garantir o benefício. Segundo Francisco Dornelles, relator da proposta, empresas serão estimuladas a investir em ciência e tecnologia e aumentar a produtividade. A redução de impostos, conforme cálculos do senador, deve levar a uma renúncia fiscal de R\$ 3,5 bilhões neste ano, de R\$ 7,7 bilhões em 2009 e de R\$ 5,6 bilhões em 2010. A matéria vai à sanção presidencial. **3**

Diretor do MSN cobra dos pais mais atenção aos filhos

Para Osvaldo Barbosa de Oliveira, ouvido pela CPI da Pedofilia, tecnologia não ajuda se os pais não vigiarem o que os filhos vêem na internet. **5**



Indicação de Arthur Badin (à esq., ao lado de Suplicy) vai ao Plenário

Comissão aceita Badin para presidência do Cade

Com 21 votos a favor e nenhum contrário, a indicação de Arthur Badin para a presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos. A decisão, que precisa ainda ser confirmada pelo Plenário, ocorreu após sabatina em que Badin foi questionado sobre a lentidão do órgão em tomar decisões. **4**

Futuro da reserva Raposa Serra do Sol preocupa senadores

Marina, Suplicy, João Pedro, José Nery e Augusto Botelho debatem a questão que o Supremo pode decidir hoje. **7**

Ao lembrar ontem a comemoração dos 109 anos de Campo Grande, Marisa Serrano e Valter Pereira disseram que a capital, cheia de parques e jardins, é uma das melhores cidades para se viver.



Divulgação

Presidente do Senado não acredita que haja espaço para mudar a decisão do STF que proibiu o nepotismo. Mesa diretora da Casa aguarda nomes para cumprir a decisão

Garibaldi: senadores devem fornecer nomes de parentes

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, afirmou ontem que não há possibilidade de que a Casa modifique a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibiu o nepotismo nos três Poderes.

– Eu acho que a Casa, se tiver de mudar essa norma, é para aperfeiçoar. Não tem por que, numa hora dessas, afrontar o Poder Judiciário, afrontar a sociedade. Eu não vejo como.

Garibaldi afirmou que os senadores devem fornecer os nomes dos parentes contratados por seus gabinetes para que sejam demitidos, conforme determina a súmula do STF, já que as secretarias das Mesas das duas Casas do Congresso consideram difícil fazer esse levantamento, em razão do fato de muitos parentes ou contraparentes não terem o sobrenome de quem os contratou.

– Acho que os parlamentares vão cumprir a lei e informar o nome das pessoas que devem ser desligadas do Senado. Não tenho dúvida de que eles não vão usar subterfúgios para fugir

a isso. Afinal de contas, todos somos senadores da República e temos consciência do que significa uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que precisa ser cumprida – ressaltou.

Garibaldi explicou que quem se negar a prestar essa informação pode ser processado administrativamente, correndo o risco de sofrer uma ação dentro da Casa.

– Eu acho que a pessoa vai querer evitar esse constrangimento – avaliou.

O presidente do Senado informou que vai aguardar que os parlamentares forneçam os nomes e que acredita que nenhuma outra providência será necessária. Ele esclareceu que as vagas decorrentes do afastamento de parentes de parlamentares não serão preenchidas por concurso, visto que, pertencendo aos gabinetes, não podem ser destinadas à administração da Casa.

Garibaldi também falou sobre a proposta de reforma política que o governo encaminha hoje ao Congresso, lembrando que

o Senado já aprovou uma proposta de reforma política, que agora aguarda deliberação da Câmara. Ele salientou que sua prioridade é a iniciativa em estudo no Parlamento, embora ache conveniente analisar o que propõe o governo.

O presidente abordou ainda a questão das medidas provisórias, cuja tramitação considera necessário mudar.

– O Congresso já está apreciando, há algum tempo, uma proposta de emenda à Constituição que tenta delimitar espaços e restringir essa plenitude com que as MPs atuam sobre a pauta do Congresso. O que acontece é que essa emenda à Constituição, apesar de toda a vontade de Arlindo Chinaglia [presidente da Câmara dos Deputados] e minha, parece insuficiente. O presidente da Câmara está assegurando a votação rápida disso. Virá para o Senado, que foi a Casa que enviou para a Câmara o projeto original. E aí nós vamos nos debruçar sobre isso novamente. Está na hora de, até mesmo, a maioria do governo aqui se conscientizar de que o Congresso não tem mais condições de continuar sofrendo o que sofre com as MPs.

Sobre a reforma política enviada pelo governo: “Minha prioridade é a proposta do Parlamento”



Jornalista Flávio Faria (E) e Mariângela Cascão, do Senado Verde, apresentam Garibaldi Alves com edição do jornal

Jornal do Senado agora em papel reciclado

Garibaldi Alves, presidente do Senado, lançou oficialmente ontem a edição semanal do Jornal do Senado em papel reciclado. A edição, publicada às segundas-feiras e enviada a cerca de 76 mil assinantes em todo o país, começou a circular em sua versão ecológica na segunda-feira passada.

Garibaldi ressaltou que a iniciativa do Jornal do Senado pode mostrar a outros veículos impressos que é possível trabalhar com papel reciclado.

O presidente contou que iniciou o dia plantando uma muda de cerejeira no jardim da resi-

dência oficial da Presidência do Senado, oferecida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Massami Uyeda – que trouxe do Japão 500 mudas da árvore para serem plantadas em Brasília. Garibaldi disse que o ato fez com que ficasse “dominado pelo respeito, apreço e cuidado com o meio ambiente”.

– Como dizem que o homem tem que escrever um livro, ter um filho e plantar uma árvore, eu já plantei a árvore – afirmou.

Avanços

O 1º secretário do Senado,

Efraim Moraes, informou que não apenas a edição semanal, mas também a edição diária do Jornal do Senado, bem como outros informativos, passarão a ser impressos em papel reciclado.

– A edição semanal foi a primeira a receber a “embalagem ecologicamente correta”, explicou, por veicular as notícias compactadas em forma de revista e porque é distribuída a todo o país.

Efraim informou ainda que a proposta de utilizar papel reciclado nas publicações faz parte do programa Senado Verde.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão, às 14h, é deliberativa. Cinco projetos de lei de conversão, provenientes de medidas provisórias, estão trancando a pauta de votações.

Agenda do presidente

Garibaldi Alves recebe, às 11h, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para a entrega da Lei Orçamentária Anual (LOA); às 12h, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); às 14h30, o ministro da Previdência, José Pimentel; às 15h, o presidente da Nigéria, Umaru Musa Yar’ Adua; às 15h, os líderes partidários, para tentar definir uma pauta de votação até as eleições municipais; depois, os ministros de Relações Institucionais, José Múcio, e da Justiça, Tarso Genro. Às 19h, participa da VI Conferência dos Advogados do DF.

Rede de rádios comunitárias na Amazônia Ocidental

Às 8h45, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) analisa 26 proposições. A primeira propõe a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental.

Percentual de cota para pessoas com deficiência

Sete proposições estão na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que se reúne às 9h. Entre elas, substitutivo a projeto sobre o percentual de cargos e empregos públicos reservado a pessoas com necessidades especiais.

Audiência sobre repercussão da Rodada Doha

Os resultados da última negociação da Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), e a repercussão desse entendimento para a economia nacional serão discutidos, às 10h, em audiência conjunta das comis-

sões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE). O debate contará com a presença do embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, subsecretário-geral do Ministério das Relações Exteriores.

CPI da Pedofilia ouve empresas de telefonia

A CPI da Pedofilia realiza, às 11h, audiência pública com o diretor-executivo da Brasil Telecom, Guilherme Henriques; o gerente de Segmento de Rede da Telefônica, Ricardo

Camargo; o coordenador de Segurança da GVT, Edigar Fontora Filho; o presidente da Oi/Telemar, Luiz Eduardo Falco; e o presidente da Net, José Antônio Guarald Felix.

CE discute adesão de instituições privadas ao ProUni

Em reunião às 10h30, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) examina 20 itens. Entre eles, projeto que visa permitir a adesão de instituições estaduais e municipais não-gratuitas ao Programa Universidade para Todos (ProUni).

Estímulo à pecuária intensiva em debate na CRA

O primeiro dos oito itens em pauta na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) é o substitutivo a projeto que institui, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à pecuária intensiva. A CRA reúne-se a partir das 9h30.

CCJ analisa emendas sobre criação de municípios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina, às 10h, 21 propostas. A primeira reúne as emendas aos projetos que tratam de procedimentos para a cria-

ção, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. Também deve ser votada proposta de emenda à Constituição que altera os sigilos bancário e fiscal.

Perícia na aposentadoria por invalidez

O projeto que isenta o aposentado por invalidez maior de 60 anos de exame médico-pericial é um dos nove itens em pauta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne às 11h.



Flickr/Francisco Silva

Obras no São Francisco deverão desviar parte das águas do rio para locais áridos

Comissão que vai acompanhar transposição inicia trabalhos hoje

A comissão temporária externa do Senado que vai acompanhar as obras de transposição das águas do rio São Francisco deve iniciar seus trabalhos hoje.

Foram indicados ontem os senadores que vão compor o colegiado: Cícero Lucena (PSDB-PB), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), José Maranhão (PMDB-PB) e Gim Argello (PTB-DF), na condição de titulares; e Efraim Morais (DEM-PB), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Almeida Lima (PMDB-SE) e João Vicente Claudino (PTB-PI) como suplentes.

Criada por requerimento de Cícero Lucena, a comissão deverá acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras de transposição e de revitalização do rio. De acordo

com Lucena, a questão envolve os interesses de vários estados brasileiros, tornando necessário o acompanhamento do Senado Federal.

As obras de transposição do São Francisco deverão desviar, por meio de canais, parte das águas do rio para locais áridos, não banhados por ele.

Desde que foram anunciadas pelo governo federal, as obras de transposição das águas do rio São Francisco têm provocado grande polêmica e despertado o interesse de políticos, jornalistas, da Igreja e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Um bispo (dom Luís Flávio Cappio, da Diocese de Barra, na Bahia) chegou a realizar, por duas vezes, greve de fome como forma de protesto contra as obras.

Marco Antônio Costa quer dia da conscientização da fibrose cística

Com a finalidade de chamar a atenção de toda a população para a importância do diagnóstico precoce e do tratamento adequado da fibrose cística, o senador Marco Antônio Costa (DEM-TO) apresentou projeto que institui 5 de setembro como o Dia Nacional de Conscientização e de Divulgação da doença. O parlamentar entende que, especialmente, os gestores e os profissionais da área de saúde devem aderir à luta para minimizar os efeitos dessa doença.

O projeto (PLS 310/08) aguarda recebimento de emendas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), bem como indicação de relator. Ele explica que a proposta, além de visar à conscientização da população sobre a importância do tratamento precoce e adequado da doença, determina a divulgação dos meios de acesso, nos serviços públicos de saúde, aos medicamentos indicados para o tratamento da fibrose cística,

também conhecida por mucoviscidose.

O senador explica que, devido à raridade da doença, há cerca de um caso em cada grupo de 10 mil crianças nascidas vivas – o seu reconhecimento nem sempre é feito oportunamente. Ele lembra que o diagnóstico e o tratamento oportunos constituem a melhor forma de evitar complicações e mortes precoces dos portadores.

A fibrose cística é uma doença genética que pode se manifestar em indivíduos de ambos os sexos e que se caracteriza por alterações do funcionamento das glândulas produtoras de muco, suor e enzima. Uma das alterações causadas pela doença é a obstrução dos ductos do pâncreas por secreções espessadas. Essa situação, por sua vez, impede a liberação das enzimas produzidas pelo órgão e, sem elas, a digestão fica prejudicada, causando, entre vários outros males, a desnutrição.

Renúncia fiscal será de R\$ 3,5 bilhões neste ano, R\$ 7,7 bilhões em 2009 e R\$ 5,6 bilhões em 2010, explica relator. Incentivo virá de diversas formas

Redução de impostos pelo PAC da Indústria é aprovada

O PLENÁRIO APROVOU ontem a proposta que concede incentivos fiscais a diversos setores da economia, integrantes do chamado PAC da Indústria, lançado pelo governo em maio último. O projeto de lei de conversão acatado (PLV 19/08) provém da Medida Provisória 428/08, e vai agora à sanção do presidente da República.

A oposição criticou pesadamente o uso de medida provisória para a concessão dos incentivos, mas votou a favor do mérito por entender que a redução dos impostos é importante para incentivar o setor produtivo. No geral, os opositoristas argumentaram que o governo tenta se sobrepor ao Congresso com a edição de MPs.

O líder do Democratas, José Agripino (RN), chegou a afirmar que, se o governo tivesse optado por projeto de lei, a matéria já estaria votada "há tempos". Durante a apreciação da admissibilidade do PLV/08, a oposição pediu votação nominal, quando o projeto recebeu 32 votos

favoráveis e 19 contrários. O mérito foi aprovado em votação simbólica do Plenário.

Pesquisas

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ), relator da matéria, sustentou que a proposição, com 23 artigos, busca também levar as empresas a investirem em pesquisas científicas e tecnológicas e contribuirá para aumentar a produtividade da indústria. Disse ainda que os incentivos devem ajudar a aumentar as exportações nacionais e dar sustentabilidade ao atual ciclo de expansão da economia.

Os incentivos vêm de várias formas, como redução de impostos por depreciação acelerada de máquinas e equipamentos, ampliação do prazo de recolhimento de impostos, redução dos prazos para apropriação de créditos tributários e redução de

alíquotas. A renúncia fiscal, de acordo com Dornelles, será de R\$ 3,5 bilhões neste ano, R\$ 7,7 bilhões em 2009 e R\$ 5,6 bilhões em 2010.

Capacitação

Entre outras coisas, o PLV 19/08 exclui do lucro líquido das empresas de tecnologia da informação e de comunicação as despesas com capacitação de pessoal que trabalha no desenvolvimento de programas de computador (softwares). Essas mesmas empresas terão a alíquota de contribuição previdenciária sobre a folha dos empregados reduzida de 20% para 18%. O projeto também estendeu às concessionárias de transporte ferroviário os mesmos incentivos do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto).

Dornelles diz que proposta contribuirá para aumentar produtividade da indústria nacional



Romero Jucá, Arthur Virgílio, Gerson Camata, Fernando Collor, Gim Argello, Roseana Sarney e Adelmir Santana: indicações aprovadas

Benedito Gonçalves será novo ministro do STJ

O Plenário do Senado aprovou ontem três indicações para cargos públicos. O desembargador federal Benedito Gonçalves irá integrar o Superior Tribunal de Justiça (STJ); o ministro do STJ Gilson Langaro Dipp irá compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e a vice-presidente do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Emília Maria Silva Ribeiro, vai participar do Conselho Diretor da agência.

Aprovado por 57 votos a favor, com quatro votos contrários e nenhuma abstenção, Benedito Gonçalves chega à segunda mais importante corte do país depois de integrar o Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região (Rio de Janeiro). Foi também papiloscopista da Polícia Federal e delegado da Polícia Civil do Distrito Federal. Ingressou na

magistratura federal em 1988, como juiz em Santa Maria (RS). Os senadores Marco Maciel (DEM-PE), Francisco Dornelles (PP-RJ), Romeu Tuma (PTB-SP) e José Agripino (DEM-RN), este último relator da indicação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), elogiaram a indicação.

O ministro do STJ Gilson Langaro Dipp teve 54 votos a favor, três contra e também nenhuma abstenção. Ele integrará o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como ministro-corregedor, durante o biênio 2008/2010. Foi juiz do TRF da 4ª Região (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), tribunal por ele presidido entre 1993 e 1995. É professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Sua indicação foi elogiada pelo

presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE).

Foram 15 votos contrários à indicação de Emília Maria Silva Ribeiro para o Conselho Diretor da Anatel, e 42 votos favoráveis. Novamente nenhum senador se absteve. O senador Renato Casagrande (PSB-ES) manifestou o desejo de que sua indicação leve a Anatel a decisões que favoreçam a livre concorrência, no que foi apoiado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador Demostenes Torres (DEM-GO) reafirmou o voto em separado apresentado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) contrário à indicação. Em sua opinião, a indicada irá para a Anatel para convalidar um negócio que a legislação brasileira hoje não permite, que é a fusão das operadoras de telefonia Brasil Telecom e Oi.

Gearddy Magata

Indicação para o Cade, cuja atuação visa garantir o regime de livre concorrência na economia, será ainda examinada pelo Plenário do Senado

Para senadores, órgão precisa agilizar decisões

Na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que aprovou o nome de Arthur Badin para presidir o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o indicado ouviu críticas à atuação do órgão.

Para Francisco Dornelles (PP-RJ), o Cade atua de forma "tacaña e atrasada". Mesmo manifestando voto favorável à indicação, o senador disse que o órgão não acompanha a dinâmica da internacionalização econômica.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), relator da indicação, cobrou análises mais rápidas, para não prejudicar a dinâmica dos negócios.

Gerson Camata (PMDB) e Renato Casagrande (PSB), da bancada do Espírito Santo, reforçaram a cobrança por agilidade, ao lembrarem o episódio da compra da fábrica de chocolates Garoto pela Nestlé, em seu estado. No episódio, depois de dois anos de negociações, o Cade determinou a anulação da operação e determinou que a venda da Garoto fosse feita de forma fatiada. O caso ainda está na Justiça.

Badin salientou que problemas como a lentidão serão solucionados com a aprovação do projeto que altera a estrutura do sistema de defesa econômica. A proposta, em exame na Câmara, define prazos para decisões dos processos. Sua expectativa é que a matéria chegue ainda este ano ao Senado.

Com relação ao exame dos atos de concentração que envolvem empresas com atuação global, questão apresentada por Eduardo Suplicy (PT-SP) e Francisco Dornelles, Badin disse que os instrumentos de análise antitruste do Cade já incluem conceitos que permitem aprovar operações em escala internacional. Foi por essa ótica que o órgão aprovou, em julho, a compra de participações na Ipiranga e na Suzano pela Petrobras e por outros sócios.



Arthur Badin (ao lado de Suplicy) quer evitar que haja recursos no Judiciário para impedir o cumprimento de decisões

CAE aprova Arthur Badin para presidência do Cade

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a indicação de Arthur Badin para a presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O relatório do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) à mensagem (MSF 124/08) recebeu 21 votos favoráveis e nenhum contrário. Dois senadores abstiveram-se. A indicação segue agora para o Plenário.

O resultado da votação era aguardado com expectativa, já que a imprensa vinha publicando matérias sobre eventuais resistências de empresários ao nome de Badin, procurador-geral do Cade. Além de ser apontado como pessoa de posições rígidas, comentava-se que, com apenas 32 anos, teria insuficiente vivência para o principal cargo do órgão que julga aquisições, incorporações e fusões de empresas nos casos em que as operações possam afetar o regime de livre concorrência.

– O depoimento do indicado convenceu a mim e a todos os senadores. Nenhum voto foi contrário – salientou Eduardo

Azeredo.

Na sabatina, José Agripino (DEM-RN) pediu esclarecimentos sobre ressalvas do procurador à possibilidade de recursos judiciais contra decisões do Cade e sobre notícias dando conta de que vai promover "demissões em massa" no órgão, caso seja confirmado no cargo.

O advogado negou que seja contrário à possibilidade de questionamentos judiciais a decisões do Cade. Defendeu, no entanto, uma delimitação mais clara sobre o papel de cada instância e advertiu para o risco de o Judiciário ser acionado apenas com o objetivo de retardar o cumprimento de decisões administrativas. Badin explicou que o Cade não dispõe de corpo funcional próprio e conta com o suporte de gestores governamentais, técnicos freqüentemente requisitados para outros órgãos. Por isso, observou, há grande "volatilidade" no Cade.

O senador Arthur Virgílio

(PSDB-AM) confessou que a indicação de Badin chegou a lhe causar incômodo. Segundo ele, o procurador do Cade passava a idéia, nas suas investidas contra "tentativas de monopólio", de que estava atuando contra o capitalismo. Porém, disse que acabou se convencendo de que o indicado era um "homem público de coragem".

Já Pedro Simon (PMDB-RS) avaliou que algumas críticas feitas a Badin podem ser vistas como qualidades.

– Um dos motivos que me fazem apostar no nome de vossa excelência foi ouvir dizer que é um homem muito duro, muito rígido. Então, pensei: esse é o homem que nós precisamos ter lá – afirmou Simon.

Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Romeu Tuma (PTB-SP) sugeriram ao advogado que atue com prudência e busque a experiência dos mais velhos. A reunião foi presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Indicado, advogado recebeu 21 votos favoráveis e nenhum contrário. Dois senadores se abstiveram

Comissão vota empréstimos para municípios

Pedidos de operação de crédito externo no valor total de US\$ 134,420 milhões para quatro municípios foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Três das cidades beneficiadas são do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Bagé e Cachoeirinha. O outro município que poderá receber empréstimo é São Luís.

A maior parcela – US\$ 83,270 milhões – vai para Porto Alegre. Os recursos serão usados para financiar o Programa Integrado Socioambiental (Pisa), que tem por meta melhorar as condições ambientais urbanas da cidade, incluindo a realização de obras de esgotamento sanitário, abastecimento de água e drenagem pluvial.

Bacia do Bacanga

Já a capital do Maranhão será beneficiada com US\$ 35,640 milhões. O dinheiro será usado na recuperação ambiental e na melhoria da qualidade de vida da população que habita a Bacia do Bacanga: cerca de 250 mil pessoas de baixa renda.

O município de Cachoeirinha foi contemplado com US\$ 8,910 milhões. Os recursos serão aplicados na infra-estrutura urbana. A cidade de Bagé ficou com US\$ 6,6 milhões, que serão canalizados para o programa Bagé Rainha da Fronteira. O objetivo é melhorar e ampliar as oportunidades de trabalho e geração de renda, além de disponibilizar uma melhor infra-estrutura urbana e rural do município.

As quatro mensagens com os pedidos de empréstimos ainda serão submetidas à votação do Plenário.

Efraim afirma que seu nome não é citado em inquérito

Após participar ontem de reunião da bancada do DEM, o 1º secretário do Senado, Efraim Morais, afirmou, em entrevista à imprensa, que seu nome não é citado em inquérito da Polícia Federal e nem do Ministério Público que apura supostas irregularidades em contratos do Senado com empresas terceirizadas. Ele disse também não serem verdadeiras as notícias divulgadas pela imprensa segundo as quais seu nome seria mencionado nesse processo. Conforme o senador, a bancada saiu da reunião convencida de que não há nada que envolva o seu nome.

– Eu posso adiantar e repito com todas as letras: no processo que envolve Ministério Público, Justiça Federal e Polícia Federal, o nome do senador Efraim Morais não é citado, conseqüentemente não tem nenhum inquérito. Não fui ouvido pela Polícia, não fui convocado e, pelo contrário, [tenho a] consciência tranquila e a certeza de que, ao ter o apoio de toda a minha bancada, terei o apoio dos

demais companheiros da Casa – afirmou o parlamentar.

Efraim declarou que, se seu nome for citado em qualquer inquérito, pedirá o afastamento do cargo que ocupa na Comissão Diretora do Senado.

O 1º secretário acrescentou que vai aguardar o relatório do corregedor da Casa, Romeu Tuma, para um pronunciamento definitivo sobre a questão. Tuma foi designado pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, para elaborar relatório sobre o que foi apurado pelo MP e pela PF.

Efraim disse esperar que o corregedor do Senado convoque Eduardo Bonifácio Ferreira para que preste os esclarecimentos necessários sobre as denúncias de suposta participação em negociações com donos de empresas que têm contratos com o Senado. Indagado sobre sua relação com Bonifácio, afirmou que somente responderá após a apresentação do relatório.



Efraim Morais espera que corregedor convoque empresário para depor

DEM só falará sobre denúncia após relatório

Para o líder do DEM, José Agripino (RN), as justificativas apresentadas na reunião por Efraim Morais são aceitáveis. Mas mesmo assim, disse, a bancada deve aguardar o relatório de Tuma para se pronunciar sobre as denúncias. Agripino explicou que foi o próprio Efraim quem solicitou a reunião para apresentar suas justificativas e pedir que, em nome do partido, a bancada solicite ao corregedor urgência na apresentação do relatório.

– A bancada vai fazer o que é preciso fazer: aguardar o relatório do corregedor. Claro que [a bancada] confia no seu companheiro, mas vamos aguardar o relatório que, esperamos, seja feito o mais breve possível. Acho que o relatório falará por si só. Ele [Efraim] nega o envolvimento em qualquer licitação fraudada e fala sobre a sua inocência em relação a todas as acusações – acrescentou.

Cientistas políticos destacam papel conciliador do Congresso

Durante manhã de debate no seminário Brasil: 1968-2008, promovido ontem pelo Senado como parte do Ano Cultural Artur da Távola, cientistas políticos destacaram o papel conciliador do Congresso Nacional na história recente do Brasil.

– O Congresso funciona como mesa de negociação pacífica em momentos de crises políticas e institucionais – disse o cientista social Paulo Kramer.

Ele sublinhou dois momentos em que isso aconteceu: na solução parlamentarista em 1961, que garantiu a posse de João Goulart quando Jânio Quadros renunciou à Presidência da República, e na votação do impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992.

– Os parlamentos são os substitutos conceituais do tacape – observou Paulo Kramer.

Os debatedores também destacaram o fato de o Congresso ter sido fechado apenas por dois curtos períodos nos últimos 40 anos. Para os especialistas, essa característica fez com que a ditadura militar no Brasil fosse menos dura do que em outros países da América Latina, como Argentina e Chile, onde os respectivos parlamentos foram fechados durante todo o período ditatorial.

– A ditadura militar no Brasil tinha uma democracia relativa; o Legislativo mais ou menos funcionou – lembrou David Fleischer, cientista político.

Democracia

O jornalista José Nêumanne, por sua vez, destacou o que classificou de a grande guinada que o Brasil deu entre 1968 e 2008.

Nêumanne afirmou que, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência, o povo brasileiro “colocou uma pessoa do povo para exercer o poder”.

– Lula é o maior gênio político da história do Brasil. Encheu o cofre dos banqueiros de dinheiro, a barriga do povo de comida e assim vai se mantendo no poder – disse o jornalista.

À tarde, o historiador Carlos Fico, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, enfatizou a importância da análise do sistema repressivo da ditadura brasileira e propôs a revisão da Lei da Anistia e a abertura dos arquivos das Forças Armadas.

Já o ex-senador e ex-ministro do governo militar Jarbas Passarinho enumerou os acontecimentos que, no seu entender, levaram à edição do Ato Institucional nº 5. Para Passarinho, o pano de fundo de 68 foi a Guerra Fria, que contrapôs, segundo ele, democracia e comunismo.

O processo teria atingido seu ápice com as guerras de descolonização na Ásia e na África e a revolução cubana, em 1961.

O ex-senador retomou a palavra ao final do painel para discórdia das propostas de Carlos Fico.

O historiador Estevão Rezen de Martins, da Universidade de Brasília, concordou com Jarbas Passarinho quanto à relação dos acontecimentos de 68 em todo o mundo com a Guerra Fria. De acordo com Martins, os conflitos teriam afetado duas gerações – os pais e os filhos de “Maio de 68” – que sofreram com o descontrole da inflação e com o desemprego.

Papel do Parlamento na história recente foi debatido no seminário Brasil: 1968-2008

Diretores defendem colaboração das empresas para coibir abusos de pedofilia no país. Senador quer lei para obrigar poder público a esclarecer cidadãos sobre o assunto



Reunião da CPI da Pedofilia: Magno Malta (E) debate com Osvaldo Barbosa (C), da MSN/Hotmail no Brasil

Pais devem estar atentos ao acesso de filhos à internet

EM DEPOIMENTO À Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, o diretor-geral do MSN/Hotmail no Brasil, Osvaldo Barbosa de Oliveira, alertou para a importância de os pais ficarem atentos em relação ao conteúdo que seus filhos acessam na internet.

– De nada adiantam as ferramentas oferecidas se não há a fiscalização dos pais – disse.

Ele explicou como funcionam os serviços oferecidos pela Microsoft – o MSN, portal de

conteúdo; o Messenger, de comunicação instantânea, além do Hotmail e do Spaces, espécie de rede de relacionamento – e os mecanismos para garantir a segurança do internauta, como filtros de palavras e de análise de imagens, e a possibilidade de remoção e bloqueio de conteúdos que firam o código de conduta da empresa e a legislação nacional.

Questionado pelo presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), a respeito da disposição

da MSN/Hotmail de participar de campanha nacional contra a pedofilia, Barbosa lembrou que a empresa já esteve presente em programas de televisão e não se opõe a atuar em algo nesse sentido, mas acha que é mais produtivo investir em orientação sobre o assunto na própria internet. Além disso, mencionou a parceria da empresa com o governo e se dispôs a formalizar esse acordo por meio da assinatura de um termo de ajustamento de conduta.

Provedores defendem código de regulamentação

O presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet (Abranet), Eduardo Parajo, defendeu, na reunião da CPI da Pedofilia, a elaboração de um código de regulamentação para o setor que representa. Segundo ele, é necessário e urgente determinar normas que deixem claros os deveres, as obrigações, o que compete ou o que não é permitido a cada provedor.

Parajo explicou ainda que a associação, pensando nessa necessidade, trabalha desde 2006 na elaboração de um código de auto-regulamentação, “num trabalho árduo, para definir parâmetros técnicos aceitáveis por todas as empresas”. O documento, segundo ele, impõe normas éticas e de conduta para os operadores de rede de serviços de internet.

O presidente da Abranet também mencionou o trabalho que vem sendo realizado, em conjunto com o Comitê Gestor da Internet no Brasil, para o aprimoramento da segurança, com a criação de filtros eletrônicos e mecanismos de denúncia caso usuários se deparem com conteúdos ilícitos.

Eduardo Parajo também demonstrou preocupação com a possibilidade de que o esforço que vem sendo feito para punir criminosos que cometem delitos por meio da rede de computadores, como os pedófilos, objeto de ampla investigação por parte da CPI do Senado Federal, acabe inibindo o acesso à internet pelo público em geral.

O dirigente da associação afirmou que “é preciso punir o criminoso”, mas sem frear a inclusão digital e a adesão de

novos usuários.

Campanha

Durante o debate, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) aventou a possibilidade de elaboração de uma lei para obrigar o poder público a promover, anualmente, campanha de esclarecimento a respeito do crime de pedofilia. Também participou da audiência pública Virgínio de Carvalho (PSC-SE).

A próxima reunião da CPI ocorrerá na quarta-feira (27), às 11h, quando deverão ser ouvidos Guilherme Henriques, diretor-executivo da Brasil Telecom; Ricardo Camargo, gerente de segmento de rede da Telefônica; Edigar Fontoura Filho, coordenador de segurança da GVT; Luiz Eduardo Falco, presidente da Oi (Telemar); e José Guarald Felix, presidente da NET.



Seminário Brasil 1968-2008: evento faz parte do Ano Cultural Artur da Távola

Senado faz amanhã sessão especial para homenagear Fórum Social Mundial

O Senado realiza sessão especial amanhã, às 11h, para homenagear o Fórum Social Mundial (FSM), que em 2009 será realizado em Belém, no mês de janeiro, com o lema “Um outro mundo é possível”. O requerimento solicitando a sessão é de autoria do senador José Nery (PSOL-PA).

Nery destacou a importância do evento, informando que deverão comparecer ao encontro em Belém cerca

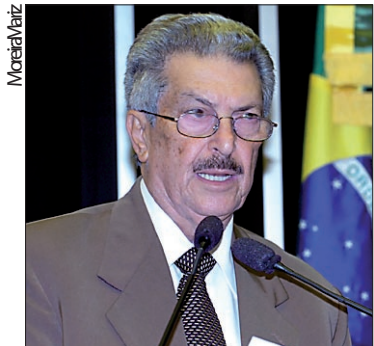
de 120 mil pessoas. Essa será a oitava reunião do FSM, cujo objetivo, segundo seus organizadores, é debater idéias, formular propostas e trocar experiências com representantes de movimentos sociais, organizações não-governamentais e outras entidades da sociedade civil “que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo”, conforme está fixado na Carta de Princípios

do Fórum.

Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, foi desencadeado um processo permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais, conforme representantes do FSM. Essa definição também está na Carta de Princípios, principal documento da entidade, que se autodenomina como não-governamental e sem vinculação partidária, caracterizada pela plu-

ralidade e pela diversidade de idéias.

Segundo José Nery, sediar o Fórum numa cidade da Amazônia é um alerta, pois Belém está localizada na região pan-amazônica, que é composta por nove países e ocupa lugar central no debate sobre as consequências do aquecimento global, além de deter as maiores reservas de água doce e de florestas primárias do mundo. A construção da paz é um dos dez temas do encontro.



Tuma cobrou da Câmara votação da PEC sobre policiamento comunitário

Tuma quer guarda municipal nas ações preventivas

Ao citar reportagem do jornal O Estado de S. Paulo que enfatiza a prevenção ao crime como função da prefeitura, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) fez apelo para que a Câmara dos Deputados aprove proposta de emenda à Constituição (PEC 534/02) de sua autoria que permite ao policiamento comunitário atuar preventivamente. Tuma assinalou que a guarda municipal, já estruturada na maioria das cidades brasileiras, poderia contribuir muito no combate à criminalidade violenta.

O senador disse que seu filho, o delegado Romeu Tuma Júnior, atual secretário Nacional de Justiça, também defende a idéia, da mesma forma que ele vem fazendo desde 1995.

– Há uma grita generalizada em prol do emprego das guardas municipais no policiamento comunitário preventivo, sem que isso sensibilize a Câmara dos Deputados a ponto de dar andamento àquela PEC. Está empacada na Mesa, apesar de sufragada pelas comissões pertinentes. Parece ter caído num buraco negro – lamentou.

Citando a violência no Rio de Janeiro como exemplo, Tuma disse que teria sido mais inteligente e oportuna a utilização das guardas municipais na atividade preventiva do que empregar o Exército no policiamento. O senador frisou que as Forças Armadas são treinadas para a guerra e não para serviços policiais.

– Décadas de trabalho policial ensinaram-me a nunca esquecer que as raízes do crime violento são as mais sensíveis ao policiamento comunitário. Mesmo porque, quando a violência atinge níveis alarmantes, é normal a população unir-se em ações de autodefesa. Se confiar, apóia as autoridades da segurança pública; se não, toma a lei nas próprias mãos ou contrata os execráveis justiceiros.

Paim espera rápida votação de créditos a cidades gaúchas

Ao comemorar em discurso a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de pareceres favoráveis a empréstimos, com garantia do governo federal, a três cidades do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Bagé e Cachoeirinha –, Paulo Paim (PT-RS) pediu aos senadores que votem logo em Plenário as mensagens, para que haja tempo suficiente à concretização do crédito.

Paim agradeceu aos colegas da CAE pela aprovação das solicitações e, em especial, ao presidente da comissão, Aloizio Mercadante (PT-SP). Estiveram presentes à reunião do colegiado os prefeitos de Bagé, Luiz Fernando Mainardi, de Cachoeirinha, José Luiz Stédile, e de Porto Alegre, ex-senador José Alberto Fogaça.

Articulações

O senador destacou que as articulações em defesa das autorizações para os empréstimos externos a municípios gaúchos foram fundamentais. “Estamos num momento eleitoral de uma disputa acirrada, mas isso, em nenhum momento, fez com que os três parlamentares do Rio Grande vacilassem em buscar e solicitar o apoio de cada senador para que esses projetos fossem aprovados”, afirmou.

Paim observou a importância de as contratações obedecerem à ótica da responsabilidade da gestão fiscal, com ações totalmente planejadas e executadas de forma transparente.

– Os recursos oriundos de bancos internacionais como o Bird têm alavancado projetos em nossas cidades. Lembro que a Casa recentemente aprovou empréstimos para Pelotas e Canoas. Esses recursos estão sendo aplicados em projetos de infraestrutura urbana, para, com certeza, melhorar a qualidade de vida da população do meu Rio Grande – disse o parlamentar.



Paim diz que operações obedecem à ótica da responsabilidade fiscal

Senador defende um marco regulatório que permita novos investimentos privados, sem ferir previsões constitucionais sobre direito de distribuição em favor da malha estadual

César Borges pede atenção para projeto da Lei do Gás

OS CAMPOS PETROLÍFEROS recentemente descobertos na camada pré-sal também são imensos reservatórios de gás natural, afirmou César Borges (PR-BA). Ele pediu mais atenção dos parlamentares para o projeto que estabelece um marco regulatório para o setor de gás natural (PLC 90/07).

Na avaliação do senador, os milhões de metros cúbicos de gás da camada pré-sal podem ajudar o Brasil a superar a dependência externa desse recurso, principalmente em relação à Bolívia.

– Segundo a Empresa de Pesquisa Energética, a participação do gás na oferta da matriz energética brasileira pode alcançar 17,4%, em 2030 – disse, ressaltando que a participação atual é de 9,3% e que o gás natural gera menos poluentes que os combustíveis fósseis.

O senador defendeu a aprovação do substitutivo de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o qual, segundo César Borges, além de ter o apoio

de todos os governadores da região Nordeste, mantém os direitos dos estados garantidos pela Constituição.

– Faço um apelo ao Senado para que possa construir um modelo que permita novos investimentos privados, sem ferir as previsões constitucionais atuais sobre direito de distribuição, sobretudo em favor dos estados e da malha estadual, que é importante para o desenvolvimento. E só as empresas estaduais poderão construir essa malha para chegar ao lar de cada cidadão.



Campos petrolíferos descobertos na camada pré-sal também são imensos reservatórios de gás natural, afirma César Borges

Barco/Agência FAPESP

Para Ideli, reservas devem melhorar vida do brasileiro

Ao debater o destino a ser dado aos recursos oriundos das reservas de petróleo e gás da camada, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse ser necessário assegurar que a maioria do povo brasileiro se aproprie do resultado da exploração desses produtos. Do contrário, afirmou, o país perderá uma oportunidade histórica para melhorar as condições de vida da população.

Ideli lembrou que existem vários projetos de lei tramitando no Senado propondo modificações na legislação que rege a exploração na costa brasileira. Uma das propostas, de sua autoria, destina 18,5% desses recursos à educação.

A senadora também disse que o conceito de propriedade do petróleo deve ser o primeiro item a ser modificado na legislação brasileira.



Ideli quer mudar conceito de propriedade do petróleo

Casagrande sugere à Casa seminário sobre petróleo

Renato Casagrande (PSB-ES) sugeriu ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, que a Casa promova um seminário para discutir a exploração do petróleo da camada pré-sal. Essa é uma forma de otimizar o debate, permitindo uma discussão mais ampla, disse ele.

Casagrande propôs duas mesas de debate. Uma delas trataria dos desafios técnicos e financeiros da exploração do petróleo, e teria a presença dos ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e da Defesa, Nelson Jobim, além de cientistas e representantes da Petrobras. A outra mesa discutiria o marco regulatório, com a participação da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff; do presidente da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Haroldo Lima; e do presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, entre outros.



Casagrande: discussão mais ampla do pré-sal

Geack/Agência

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Alvaro Dias • Mão Santa • Paulo Paim • Romeu Tuma

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Raposa Serra do Sol: STF julga hoje demarcação

Depois da proibição do nepotismo nos três Poderes, um novo julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) agendado para hoje acontece cercado de polêmica. Trata-se da demarcação das terras destinadas à reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. O tribunal decidirá se a reserva deve ser contínua, sem interrupções,

ou descontínua, com "ilhas". De um lado, o direito constitucional dos índios à terra e o dever do Estado de garantir-lhes o bem-estar demarcando uma reserva contínua; e, de outro, a ameaça à soberania nacional que pode significar uma reserva contínua na fronteira, por impedir a vigilância do território brasileiro. Esses são os principais argumentos

dos que desejam ver a demarcação ratificada pelo Supremo e daqueles que querem novos limites para a reserva. A disputa envolve, além dos índios, ONGs, produtores de arroz, o governo de Roraima, instituições religiosas e ecologistas, e já atraiu inclusive observadores da ONU. Cabe ao STF colocar um ponto final na questão.

Mateus Vecchiato/Câmara dos Deputados

Nery: decisão atingirá todos os indígenas do país

José Nery (PSOL-PA) afirmou que a decisão a ser tomada hoje pelo STF sobre a homologação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, "será aplicada" a todas as reservas indígenas do país. O Supremo decidirá se a reserva deve ser homologada de forma contínua ou não.

– As reservas devem ser contínuas, sem ilhas, como defende o jurista Dalmo Dallari. Espero que o Supremo tome essa decisão – disse.

O senador leu notícias sobre prontidão de forças policiais e sobre um possível conflito entre indígenas e não-indígenas na reserva. Ele observou que os indígenas podem invadir terras de não-índios caso a decisão do STF não lhes seja favorável.

Nery chegou a sugerir que, se houvesse senadores dispostos, eles poderiam fazer uma "vigília" à espera da decisão.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que os índios defendem as fronteiras do Brasil "como faz o Exército" e relatou que em várias cidades serão realizadas vigílias por pessoas que defendem os direitos dos povos indígenas à espera da decisão do STF.



José Nery diz que decisão do STF atingirá todos os indígenas do país

Marina Silva espera ratificação da área definida

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que espera hoje uma decisão justa e coerente do Supremo Tribunal Federal sobre a demarcação da área indígena chamada Raposa Serra do Sol, em Roraima. Ela afirmou que a decisão deve levar em conta a imensa dívida que o Brasil tem com os índios.

Marina lembrou que a Fundação Nacional do Índio iniciou em 1977 o processo de demarcação dessa área indígena, delimitada em 1993. A demarcação sofreu diversas contestações na Justiça em sucessivos go-



Para a senadora, STF deve manter como está área destinada à reserva

vernios, até que o presidente Lula assinasse a homologação. Os processos e liminares que

Augusto Botelho entrou com ação no STF para mudar reserva

O senador Augusto Botelho (PT-RR) informou que a ação que o STF vai julgar foi impetrada por ele para questionar a forma como foi feita a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

– As falhas no processo nos levam a crer que o laudo antropológico que subsidiou a demarcação não é honesto – acusou.

O parlamentar esclareceu não ser contra a demarcação,

mas que não concorda com a destruição de cinco vilas dentro da reserva, "onde vivem pessoas humildes, pequenos agricultores, pequenos comerciantes"; com a mistura de cinco etnias, uma vez que, informou, já houve casos de conflitos entre essas etnias; e com a extinção das propriedades produtivas que estão dentro da reserva. Ele questionou ainda o fato de que os índios, que mantêm contato com a civilização há 200 anos,



Segundo Augusto Botelho, falhas na demarcação devem ser corrigidas

não terem sido ouvidos.

Em aparte, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) propôs que se discuta qual a política indigenista que se quer para o país.

João Pedro não vê risco à soberania do país

João Pedro (PT-AM) disse esperar que o Supremo Tribunal Federal homologue, nesta semana, a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, na fronteira com a Venezuela e a Guiana, de forma contínua. Para o senador, não existe "qualquer risco" à soberania do Brasil caso isso ocorra.

– Ora, quem garantiu a fronteira do Brasil com a Venezuela e a Colômbia foram os povos indígenas – afirmou.

João Pedro ponderou que o Brasil precisa ter "uma relação democrática, solidária e respeito-



João Pedro espera que a homologação da reserva ocorra de forma contínua

sa com as etnias que trouxeram inúmeras contribuições à formação da nação". Ele disse que

os povos indígenas "merecem políticas públicas de saúde, de financiamento, de acesso ao conhecimento, às universidades".

Em aparte, Marisa Serrano (PSDB-MS) frisou estar preocupada porque, "de acordo a Declaração dos Povos Indígenas, assinada pelo governo no âmbito da Organização das Nações Unidas, povos indígenas de fronteira tem a autonomia de poder negociar, conversar além-fronteiras". Acrescentou que o documento prevê que o Exército e a polícia só podem entrar nessas reservas se chamados pelos índios.

Suplicy ressalta importância da decisão

O alcance da decisão que o Supremo Tribunal Federal deve tomar hoje ao julgar ação popular que questiona a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, foi destacada por Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador lembrou outras decisões recentes e importantes do STF, como a que normatizou coligações partidárias e a que proibiu o nepotismo nos três Poderes.

Suplicy leu trechos de artigos publicados pelo jornal Folha de S. Paulo com opiniões contra e a favor da forma como a área foi demarcada. O professor de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Denis Lerer Rosenfeld argumenta que o Supremo não deve manter a demarcação da reserva em área contínua, uma vez que, para ele, a Constituição seria violada.

Já o professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo Dalmo de Abreu Dallari opina que a demarcação deve ser mantida. Afirma ainda que, para os índios, a terra não é valor econômico, mas um bem essencial à sua sobrevivência.



Suplicy leu artigos a favor e contra demarcação da Raposa Serra do Sol

Arns critica projeto sobre certificação

O projeto que objetiva mudar o processo de certificação de entidades beneficentes de assistência social foi criticado por Flávio Arns (PT-PR).

De autoria do Executivo, a proposta (PLC 3021/08) promo-

ve, segundo o senador, alterações significativas na análise dos pedidos para a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) e, por isso, deveria ter sido objeto de diálogo com a

sociedade e as entidades interessadas. De acordo com Arns, a proposta em tramitação na Câmara retira do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a atribuição de concessão do Cebas, transferindo-a para os

ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social. Dessa forma, assinala, "o projeto restringe a participação da sociedade civil, que tem no CNAS o espaço legítimo para a sua atuação".



Alvaro Dias: Brasil deve reconhecer genocídio cometido contra esse povo

Alvaro Dias presta homenagem aos ucranianos

Ao lembrar os 17 anos de independência da Ucrânia, comemorados no último domingo, Alvaro Dias (PSDB-PR) homenageou os cerca de 1 milhão de ucranianos e descendentes que vivem no Brasil. O senador conclamou o governo brasileiro a reconhecer oficialmente o Holodomor, nome pelo qual ficou conhecido o genocídio de 10 milhões de ucranianos, entre 1932 e 1933, sob a ditadura stalinista da ex-União Soviética.

Alvaro Dias explicou que, durante o Holodomor, a fome foi imposta à população pela coletivização forçada e pelo confisco da produção local. O genocídio também é conhecido como Grande Fome da Ucrânia e Holocausto Ucraniano.

– Para que seja possível dimensionar o Holodomor, as perdas do povo ucraniano nesse trágico período superam aquelas suportadas durante a Segunda Grande Guerra.

Genocídio

O parlamentar observou que países como Itália, Estados Unidos, Canadá, Estônia, Argentina, Austrália, Hungria, Lituânia, Geórgia e Polônia, além da Comissão Internacional de Juristas, já reconheceram oficialmente a tragédia. Ele informou que a Comunidade Étnica Ucraniano-Brasileira e a organização não-governamental Amigos da Ucrânia enviaram carta aberta ao presidente Lula e ao Congresso Nacional pedindo o reconhecimento do genocídio.

– Estou convicto de que o reconhecimento é de suma importância para a estabilização das relações sociais e políticas na Ucrânia, bem como para o devido e inadiável resgate de justiça histórica.

Segundo Alvaro Dias, o Paraná abriga grande parte dos ucranianos que vivem no Brasil, especialmente em Curitiba e Prudentópolis. O senador recorreu que recentemente recebeu a visita do embaixador da Ucrânia, Volodymyr Lakomov.

Senador diz que muitos dos avanços tecnológicos e econômicos devem-se a iniciativas suas, como a importação de computadores e a implantação da telefonia celular

Collor afirma que iniciou abertura da economia do país

O SENADOR E ex-presidente da República Fernando Collor (PTB-AL) sustentou da tribuna que os historiadores não podem negar que, mesmo enfrentando uma oposição que “chegava às raias do absurdo”, ele adotou “medidas econômicas corajosas” que iniciaram a abertura da economia brasileira. Afirmou que muito dos avanços tecnológicos e econômicos de hoje devem-se a iniciativas de seu governo, como a redução de impostos para importação de computadores e o início da telefonia celular no país.

Collor, que governou de 1990 a 1992, citou o economista Edmar Bacha, “um dos pais do Plano Real”, para mostrar o quanto foram importantes as decisões econômicas que adotou. O senador leu uma frase de artigo de Bacha ponderando que a reforma monetária do Plano Real só foi possível “graças ao grande volume de reservas internacionais acumuladas desde 1992 (...), suficiente para prover a nova moeda de uma forte linha de defesa”.

O ex-presidente afirmou que a redução de tributos para im-

portação, especialmente de máquinas e computadores, “teve o mérito incontestável de minar verdadeiros feudos econômicos e reservas de mercado, que tanto atrasavam o desenvolvimento tecnológico em setores produtivos”. Tais iniciativas, frisou, “retiraram o Brasil da letargia econômica”. Foi também no seu governo, acrescentou, que o Brasil renegociou a dívida externa, que “tantos problemas havia causado”.

Corporativismo

Ainda segundo Collor, seu programa de desestatização levava em conta que a “crescente mundialização” da economia exigia redução do tamanho da máquina pública e, por isso, enfrentou “a fúria corporativista e os interesses contrariados”. Ele observou que várias normas implantadas à época ajudaram a consolidar uma “efetiva economia de mercado no país”, como a legislação que instituiu critérios para a defesa da concorrência.

O senador disse que relembra as medidas de seu governo para evitar o risco de a história



Collor (D), com Mão Santa: “Historiadores não podem negar medidas corajosas”

ser “reescrita de forma seletiva, como o fizeram alguns personagens e líderes políticos” que, ao chegarem ao poder, mudaram a versão de fatos.

– Venci resistências. Tenho consciência de que contribuí para que a nação vislumbrasse o futuro e se esforçasse por alcançá-lo. É um legado que os historiadores não podem negar, sob pena de faltar ao compromisso com o processo histórico – enfatizou.

Collor leu trecho do livro A lanterna na popa, de Roberto Campos, no qual o economista afirma que o “Projeto de Reconstrução Nacional” do então presidente era “uma das melhores análises” conhecidas por ele, com propostas de reformas constitucionais e de mudanças de infra-estrutura econômicas “corretas e realistas”. Em aparte, ele foi apoiado por Mão Santa (PMDB-PI).

Mão Santa pede conclusão de obras em porto

O senador Mão Santa (PMDB-PI) anunciou o recebimento de convite do ministro da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, Pedro Brito, e do governador de seu estado, Wellington Dias, para participar de cerimônia de reinício das obras de modernização do Porto de Luiz Correia, no Piauí.

Mostrando-se descrente com a possibilidade de conclusão das obras do porto, “devido ao descumprimento de promessas de vários governantes nas últimas décadas”, o parlamentar enfatizou a importância do empreendimento para o desenvolvimento de seu estado.

Ressaltando a expressiva votação obtida pelo Partido dos Trabalhadores no Piauí nas últimas eleições, Mão Santa cobrou ainda o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o término da ampliação do porto.

– Então, pedimos a sua excelência, o senhor presidente da República, que continue aquele sonho de Eptácio Pessoa [de construção do porto]. Agora entendo, e entendo bem, o que é um porto de atracação de navios de longo curso para o transporte de carga pesada – declarou o senador pelo Piauí.

Mário Couto cobra reforma do sistema político

Ao denunciar ontem, em Plenário, desvio de verbas públicas para aplicação em campanha eleitoral no município paraense de Novo Progresso, o senador Mário Couto (PSDB-PA) defendeu a realização urgente de uma reforma do sistema político brasileiro.

O senador acusou o governo federal de falta de interesse na modernização do sistema eleitoral do país e considerou acertadas as últimas decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a questão.

– Não se pode mais adiar a reforma política. A este governo não interessa. Ele quer que a coisa fique assim, porque é mais fácil para ele – disse.

Dnit

Mário Couto também cobrou do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transpor-



Senador pede também que seja apreciada proposta para criação de CPI do Dnit

tes (Dnit) providências para a conclusão de obras inacabadas de construção de pontes em seu estado. Ele pediu ainda ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, o “desengavetamento” de requerimento de sua autoria para criação de comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar denúncias contra o órgão.

Rodovias

O senador também informou que solicitará ao Ministério Público a apuração de responsabilidades pela não realização das obras de recuperação das estradas federais no Pará. De acordo com o parlamentar, é grande o número de mortes provocadas por acidentes ocorridos em decorrência da má conservação das rodovias do estado.

Mário Couto lembrou que em junho passado já havia denunciado, da tribuna, o mau estado das estradas paraenses. Segundo acrescentou o parlamentar, naquela ocasião o Dnit havia garantido que as obras de recuperação começariam brevemente. No entanto, conforme Mário Couto, até o momento isso não ocorreu.

Viana apresenta dois projetos contra o tabagismo. Impostos sobre cigarro subiriam



Tião Viana (PT-AC) anunciou a apresentação de dois projetos de lei de sua autoria para o combate ao tabagismo. O primeiro proíbe o uso de produtos fumíferos, derivados de tabaco ou não, em ambiente fechado público ou privado.

O senador (foto) disse que fez uma revisão e observou que as normas que restringem o uso de

cigarro reportam-se, em sua grande maioria, a ambientes públicos. Por isso, explicou, resolveu propor a limitação do uso de qualquer produto fumífero, derivado ou não de tabaco, também em ambientes privados.

– [O projeto] é uma ampliação de matéria que o senador Magno Malta já apresentou, dando-lhe sentido amplo e irrestrito – explicou.

O outro projeto eleva o percentual das contri-

buições para os programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre os cigarros.

– A Organização Mundial da Saúde, por meio do Instituto Nacional do Câncer, no Rio de Janeiro, aponta como uma tragédia a perda de milhares de vidas de crianças e idosos em contato com fumantes inveterados – concluiu.